



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços
Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Indústria Automotiva
Coordenação de Implementação e Fiscalização de Regimes Automotivos
Divisão dos Programas Prioritários

ATA DE REUNIÃO

28ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

DATA: 07 DE JULHO DE 2023

HORÁRIO: 15:00 – 17:00

LOCAL: REUNIÃO VIRTUAL (MICROSOFT TEAMS)

PARTICIPANTES

Presidente-Substituta do Conselho: **Margarete Maria Gandini - MMG**

Conselheiros:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Gustavo Duarte Victer (Titular)**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Alessandra Madeira de Biase Martins (Suplente)**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Thomas Paris Caldellas (Suplente)**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Luiz Felipe Gondin Ramos (Titular)**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA): **Henry Joseph Junior (Suplente)**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) **Gábor János Deák (Titular)**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) **Mauricio Hiroshi Muramoto (Suplente)**

Associação Brasileira de Ciências Mecânicas (ABCM): **Gherhardt Ribatski (Titular)**

Outros Participantes:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Franklin Magalhães Gonçalves**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC): **Franco César Bernardes**

União Geral dos Trabalhadores (UGT): **Warley Soares**

PAUTA

I - ABERTURA DA REUNIÃO

Verificação do quórum mínimo.

II - ASSUNTOS GERAIS

Ratificação da aprovação por meio eletrônico da ata da 27ª reunião do Conselho Gestor.

III - ORDEM DO DIA

Seleção, dentre as cinco propostas recebidas, do Programa Prioritário contemplando a nova linha programática VII - Estímulo à Descarbonização da Mobilidade e da Logística.

1 - ABERTURA DA REUNIÃO

A vigésima oitava reunião do Conselho Gestor dos Programas Prioritários foi aberta pela Presidente-Substituta, *Margarete Maria Gandini*, a qual franqueou a palavra para *Gábor János Deák* que fez um breve relato sobre o evento Enacoop e expôs suas considerações sobre o estado atual dos Programas Prioritários.

A Presidente-Substituta agradeceu as manifestações, ao tempo em que solicitou que fossem enviadas por escrito ao MDIC, se possível, e sugeriu a realização de uma reunião específica para debate sobre a renovação do Rota 2030 e dos Programas Prioritários.

Margarete Maria Gandini, então, apresentou *Franklin Magalhães Gonçalves*, novo servidor da DIAM e atual Chefe de Divisão dos Programas Prioritários - DIPP, responsável pelo acompanhamento dos Programas Prioritários, e o novo Conselheiro *Luiz Felipe Gondin Ramos*, do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios, também da SDIC/MDIC.

Passou-se a palavra para *Gustavo Duarte Victer* para que conduzisse a reunião como representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

2. ASSUNTOS GERAIS

Ratificação da aprovação por meio eletrônico da ata da 27ª reunião do Conselho Gestor

Questionou-se aos conselheiros presentes se havia alguma ressalva sobre a minuta da ata da 27ª reunião do Conselho Gestor, disponibilizada previamente por meio eletrônico (SEI32615752). Não tendo havido qualquer manifestação, abriu-se votação e a ata foi aprovada por unanimidade.

3. ORDEM DO DIA

Adentrando na ordem do dia, *Gustavo Duarte Victer* fez uma breve exposição acerca do processo aberto para seleção do Programa Prioritário contemplando a nova linha programática VII - Estímulo à Descarbonização da Mobilidade e da Logística, informando, inicialmente, que foram recebidas pelo MDIC propostas das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e da Cultura (FUNPAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP).

Informou que os representantes das proponentes colocaram-se à disposição do Conselho Gestor para eventuais esclarecimentos, estavam aguardando no lobby da reunião e poderiam entrar se algum conselheiro entendesse necessário.

Em seguida, compartilhou apresentação em que expôs (i) um resumo de cada uma das propostas recebidas, com os seus objetivos e seu modelo de implementação; e (ii) os pareceres opinativos do grupo de trabalho para avaliação de cada proposta contendo pontuação, pontos positivos e negativos, além de observações. No que tange à conclusão dos pareceres, *Gustavo Duarte Victer* comentou que todas as propostas foram aprovadas sem ressalvas.

Encerrada a apresentação, *Margarete Maria Gandini* pôs em discussão o tópico do dia e alguns pontos foram destacados por

Mauricio Hiroshi Muramoto:

- Acompanhando os relatórios e a execução dos projetos, percebe-se que 40% dos recursos foram para o lado das ICTs/universidade, para projetos de nível de maturidade tecnológica (TRL) mais baixo, de desenvolvimento de ideias, que normalmente acabam "não virando nota fiscal".
- Sendo o Programa Descarbonização mais prático, de implementação de coisas, usar

universidades talvez não seja o foco principal do programa.

- Apesar da proposta do BNDES ter pontuação baixa, provavelmente o grupo de trabalho não tem a visão do que ocorreu nos Programas Prioritários nos últimos 4 anos. A descarbonização tem que atuar mais nos níveis superiores de TRL. Se a proposta do BNDES tivesse recurso não-reembolsável com foco nas empresas e com os ICTs ajudando, ao contrário do proposto, seria um projeto vencedor, assim como o Finep Empresarial foi vencedor.
- O Finep Empresarial esgotou os recursos rapidamente e produziu produtos maravilhosos, porque tinha recursos não-reembolsáveis para empresas, com os ICTs como coadjuvantes para ajudá-las na empreitada.
- A Fundep, por exemplo, teve dificuldades, acontecendo de lançar edital e não ter pessoal das universidades para fazer os projetos. A proposta da Fundep parece repetir o mesmo modelo. A proposta da UFRJ foi meio superficial sim, mas definiu alguns pontos difíceis, assim como a Funpar. O Senai repete o que tem feito, mas se mudasse algumas coisas seria um candidato interessante. Mas se conseguisse com o BNDES uma pequena mudança, seria o projeto vencedor, apesar de ser menos pontuado.

Gherhardt Ribatski:

- Nenhuma proposta se destacou.
- Como foi mencionado anteriormente, o Senai não está conseguindo desembolsar os recursos. Retornar recursos pra quem está nessa situação não é uma boa aposta. Não podemos concentrar mais recursos na Fundep, apesar dos resultados positivos, pois já está com muito recurso.
- As propostas da UFRJ e da Funpar estão muito concentradas nos estados e têm um aspecto acadêmico, que é importante, mas o programa tem que resultar em algo na indústria.
- Questionou quão relevantes para as empresas do Sindipeças são os R\$ 40 milhões anuais do programa do BNDES, pois parece pouco recurso para resultar em impacto significativo no setor.

Gábor János Deák:

- Concordo com o ponto de vista do Mauricio e do Gherhardt e parece que estamos ficando com poucas alternativas na seleção. Ainda que as pontuações sejam muito diferentes, não geram uma diferenciação suficiente, ainda considerando a aprovação de todas as propostas, não geram um ranking.
- A impressão que tive é que as avaliações foram feitas do ponto de vista de ICT e não de gestor do programa. Olhando as propostas da UFRJ e da Funpar, por exemplo, a sensação é que estaria escolhendo uma ICT e não uma entidade que vai gerir outras tantos ICTs para faz algo.
- Não seriam candidatos a novo programa entidades que não apresentaram resultados adequados (não conseguiu alocar recursos), como o Senai e a Embrapii.
- E isso leva na direção do BNDES, que no início dos Programas Prioritários tinha sido aprovado, mas que, por decisão própria, acabou desistindo. A proposta do BNDES é a que, não pela pontuação, apresenta a melhor condição para gerir os programas das empresas e dos ICTs para buscar os resultados adequados. O BNDES consegue dar a visão estratégica, é abrangente e tem a competência.
- Teve uma confusão entre os avaliadores entre a capacidade de conduzir pesquisa e a expertise de gerir instituições que farão, junto com as empresas, o que for necessário.

- É uma oportunidade de partir para um campo novo, não repetir o que já fizemos e tomar o cuidado de não favorecer uma universidade regional (UFRJ e Funpar não mostraram uma visão nacional). A Fundep teve uma visão nacional e uma atuação mais abrangente, mas já coordena 3 linhas.
- Para as empresas, R\$ 40 milhões não são um mar de dinheiro, mas somados aos recursos da própria empresa e também de um ICT, podem virar R\$ 120 milhões, o que não é suficiente para revolucionar todas as empresas, mas para aquelas que perceberem a oportunidade, são recursos disponíveis. Pode não ser muito, mas estamos com dificuldade de gastar R\$ 1 bilhão (gastamos cerca de 55% disso), então o problema não é falta de recurso, é pra onde os dirigir para que sejam efetivos. E não sejam efetivos apenas para formação técnica, mas para lançamento de produtos e desenvolvimento de processos. Temos alguns exemplos bons (citou exemplos: WEG e Paranoá). Os recursos podem fazer a diferença e premiar, ajudar e favorecer o desenvolvimento de tecnologias.

Mauricio Hiroshi Muramoto:

- Em 5 anos são R\$ 200 milhões. São significativos para setor, sim.

Henry Joseph Junior:

- As falas do *Mauricio*, do *Gábor* e mesmo do *Gherhardt* já anteciparam bastante minha visão. O *Gábor* lembrou bem que o BNDES já esteve no início do programa e saiu porque, parece-me, os níveis de financiamentos previstos eram pequenos dentro da visão de trabalho que tinham na época e sua estrutura era superdimensionada. Entretanto, a nova direção tem mudado bastante essa visão. A marca BNDES é importante, é impressionante a quantidade de empresas e entidades que têm mencionado a possibilidade de buscar recursos dentro do Rota 2030 e do PPP para complementar seus recursos e fazer trabalhos novos.
- Fiquei surpreso com a pontuação do BNDES, mas acho que a visão que o *Mauricio* trouxe, de que o fato do BNDES não ter acompanhado o Rota esses anos, talvez tenha prejudicado a descrição da proposta dele e talvez seja a razão da pontuação baixa. Por outro lado, as diferenças de pontuação não são tão significativas, estão na mesma faixa de grandeza.
- Apesar da pontuação mais baixa, talvez fosse o caso da gente voltar a ter o BNDES como uma das entidades do programa. Primeiro, devido à essa nova postura do banco. Segundo, para termos, talvez, uma fonte de recurso maior (com investimentos do próprio banco). Seria uma oportunidade e concordo que essa questão muito regional de universidade talvez pode atrapalhar um pouco.

Gherhardt Ribatski:

- Obrigado *Mauricio* e *Gábor*, respondeu ao que eu estava questionando.
- Queria ressaltar um aspecto, estou participando de outros fóruns do atual Governo, e vejo a equidade, a inclusão e a redução de assimetrias como pontos fortes nas políticas públicas. E acho que, de alguma forma, seria importante a gente incluir isso no programa, de forma a estar alinhado às outras políticas. Nenhuma das propostas menciona esses aspectos.

Warley Soares:

- As falas representam o que eu estava pensando. As avaliações não diferenciam muito consistentemente uma proposta da outra. Tenho a impressão que seria interessante o

BNDES estar de volta nos Programas Prioritários, com a nova política que está adotando.

Luiz Felipe Gondin Ramos:

- Ainda não tenho histórico de participação, mas estudei e tive impressões similares a algumas das relatadas em relação ao formato dos pareceres. Respeito e agradeço as contribuições, mas tomei a iniciativa de ler cada uma das propostas para formar meu juízo e compreender o que se propõe. Entendo que os pontos positivos e negativos, as observações e mesmo a pontuação, pelo edital de chamamento, servem para subsidiar a conclusão, que é a recomendação sobre a aprovação (ou não), como trabalho preparatório para este colegiado, cujo papel é de dimensão estratégica na gestão do programa.

Margarete Maria Gandini:

- Do ponto de vista da política automotiva, os votos do Departamento terão esse olhar estratégico. A diferença técnica entre as propostas não é tão relevante e o papel deste Conselho é estratégico, é de olhar para a floresta, além de olhar para a árvore.
- O que analisamos sobre as propostas. Primeiro, tem que ter complementaridade em relação aos demais programas credenciados. Não podemos ter superposição, já estamos com represamento de recurso. A grande queixa é "não temos projeto". Vamos fazer mais do mesmo?
- Segundo, concentração de recursos em poucas coordenadoras. Já temos uma coordenadora com R\$ 150 milhões represados.
- Terceiro, no início o conselho considerou extremamente importante que tivesse uma linha de financiamento e o programa do BNDES vinha para complementar o trabalho das outras coordenadoras. E acabamos ficando sem esse pilar. É estratégico termos nos Programas Prioritários uma iniciativa nos moldes propostos pelo BNDES.
- Teremos que ser mais inovadores na modelagem das propostas, acaba vindo mais do mesmo. Com a reformulação dos Programas Prioritários, vamos ter mais recursos disponíveis por ano, e se não executarmos, vamos perder os recursos.

Encerrada a discussão, a seleção da proposta foi posta em votação. A proposta do BNDES recebeu a unanimidade dos votos e foi selecionada, destacados os dois ajustes propostos por *Mauricio Hiroshi Muramoto* (recursos não-reembolsáveis dirigidos às empresas com apoio dos ICTs e não dirigidos aos ICTs para apoiarem as empresas) e *Gherhardt Ribatski* (incluir, de alguma forma, equidade, inclusão e redução de assimetrias regionais).

ENCAMINHAMENTOS

- I - Divulgar o resultado e disponibilizar a ata - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
- II - Comunicar ao BDNEs sobre a deliberação e ajustes - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
- III - Providências para assinatura do Acordo de Cooperação - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
- IV - Distribuir a todos os conselheiros os relatórios de acompanhamento das coordenadoras, acompanhados do relato do *Gábor János Deák*, para agendamento de uma reunião estratégica para pensar o próximo ciclo dos Programas Prioritários - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião não ficou agendada.



Documento assinado eletronicamente por **Franklin Magalhães Gonçalves, Chefe(a) de Divisão**, em 01/08/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Hiroshi Muramoto, Usuário Externo**, em 01/08/2023, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRY JOSEPH JUNIOR, Usuário Externo**, em 02/08/2023, às 07:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gherhardt Ribatski, Usuário Externo**, em 02/08/2023, às 07:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Gondim Ramos, Diretor(a)**, em 07/08/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Duarte Victer, Coordenador(a)-Geral**, em 30/08/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Madeira de Biase Martins, Coordenador(a)**, em 11/09/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35601146** e o código CRC **88056B5C**.